

Derrotar a União Europeia para construir o futuro

As consequências do Euro e das políticas de austeridade para os países do sul

Pedro Carvalho*

Retornámos a um período de crise sistémica. Um período de agudização da luta de classes e de aprofundamento das contradições do capitalismo, em particular da contradição fundamental entre o grau de socialização da produção atingido e apropriação privada das condições de produção.

O actual episódio de crise, que se arrasta há mais de cinco anos, é em si mesmo revelador desta crise sistémica, decorrente da sobre-acumulação de capital sobre todas as formas e da sobreprodução de importantes segmentos industriais do sistema capitalista mundial.

O capitalismo responde com uma ofensiva de classe global, intensificando a exploração do trabalho e destruindo forças produtivas, onde a faceta mais visível é o desemprego crescente, na tentativa de restaurar as condições de rentabilidade e retomar o processo de valorização do capital.

Isto num contexto de estagnação das taxas de acumulação, sobretudo ao nível dos países do centro do sistema capitalista mundial e de progressivo esgotamento das respostas à crise.

Não se vislumbrando uma mudança de paradigma produtivo, tecnológico e energético, que permita encetar um novo ciclo de expansão do capital, ou de quem pode assumir posição hegemónica face ao declínio económico dos Estados Unidos e da restante tríade, a questão que se põe é qual o grau de destruição de capital necessário para garantir as condições de retoma do processo de valorização do capital? Para mais num contexto de delapidação acelerada de recursos naturais para «alimentar» a acumulação capitalista, de sobre-extensão do sistema a nível mundial e de mercantilização de todas as esferas da vida social.

Este cenário potenciador de derivas destrutivas do sistema, de agudização dos conflitos a nível mundial, nomeadamente das rivalidades interimperialistas, com a ameaça do flagelo da guerra e da destruição ambiental, acentuam a necessidade imperiosa para a humanidade de superação do capitalismo e da libertação do homem de todas as formas de exploração.

Este é o contexto da(s) crise(s) que grassa(m) na União Europeia, a crise que a Zona Euro está atravessar, a denominada crise da dívida soberana. Este é o contexto da crise que atravessa países como Portugal, Espanha e Grécia. As crises nacionais não podem ser compreendidas sem ter em conta o contexto mundial já referenciando e o papel que as economias destes países desempenham na divisão internacional do trabalho, no contexto da integração capitalista europeia. É também neste contexto que temos de enquadrar as «políticas de austeridade».

A «austeridade» é hoje a palavra central de todos os discursos políticos que determinam a política europeia e dos governos nacionais, seja ela imposta pelos Tratados, incluído o Orçamental, tendo como instrumentos o Pacto de Estabilidade e o Euro, ou reforçada com os denominados «programas de assistência financeira», versões modernizados dos programas de ajustamento estrutural do FMI.

A «austeridade» não é uma palavra nova ao capitalismo e está enraizada naquilo que tem sido a resposta do sistema capitalista à crise desde o retorno visível desta nos anos 70 do século passado.

A resposta contida no denominado «consenso de Washington», vinculado nos últimos 20 anos pelas principais organizações internacionais capitalistas e inscrito, nomeadamente no pós-Maastricht, nos tratados da União Europeia que dão corpo à integração capitalista europeia.

Uma resposta assente no crescimento do desemprego e na generalização da deslocalização de capitais, contribuiu para modificar a correlação de forças entre capital e trabalho, acentuando a ofensiva de classe com vista à intensificação da exploração do trabalho, enquanto a «libertina» circulação de capitais e as políticas monetárias levadas a cabo por bancos centrais independentes, reforçavam o poder do sistema bancário e a financeirização crescente do capital.

O crédito tornava-se um «balão» de oxigénio do sistema, enquanto as baixas taxas de juro contribuíam para reduzir os custos de refinanciamento do capital e promoviam a inflação dos activos financeiros, contribuindo para a explosão do capital fictício, enquanto acelerava a concentração e centralização do capital a nível mundial.

Ao mesmo tempo, o sistema virava-se para o ataque ao «peso» do Estado, não só os sectores empresariais públicos que existiam, mas também os mercados públicos (transportes, comunicações e energia), procurando-os trazer para lógicas de rentabilização privada, através dos processos de liberalização e privatização, incluindo as próprias funções sociais do Estado (educação, saúde e segurança social, sobretudo os regimes nacionais de pensões).

O «consenso de Washington» não é mais que uma cartilha ideológica de resposta do sistema à crise, que visa ajustar contas com as conquistas dos trabalhadores do pós-Guerra, atingidas de forma avançada em Portugal com a Revolução de Abril de 1974.

Uma resposta que tem no seu epicentro a redução dos custos unitários de trabalho, na tentativa de aumentar as taxas de exploração com vista a restaurar as condições de rentabilidade do capital, ao mesmo tempo que garante ao capital novos mercados e recursos financeiros públicos com vista ao seu financiamento, tendo como origem impostos pagos pelos trabalhadores.

No fundo uma forma de acentuar a tripla exploração sobre o trabalho, não só a apropriação da mais-valia gerada no processo produtivo ou dos juros pagos ao capital financeiro por via do endividamento crescente da classe trabalhadora, para garantir no curto prazo a manutenção dos níveis de consumo num contexto de contenção salarial, mas também a parte salarial «confiscada» sobre a forma de impostos para refinarçar o capital, nomeadamente por via da despesa fiscal, da garantia de taxas de lucro e de injeções directas de capital, transformando dívida privada em dívida pública, como tem vindo a acontecer com as ditas parcerias públicas-privadas e os enormes recursos financeiros que continuam a ser injectados para «salvar» o sistema financeiro.

Os quatro principais princípios deste «consenso» concorrem para este objectivo, a saber: a estabilidade de preços, ou seja a moderação salarial; a consolidação orçamental; a desregulamentação dos mercados de bens, serviços e trabalho e a liberalização do comércio internacional.

A estabilidade de preços, objectivo único da política monetária do Banco Central Europeu, visa no fundo garantir que os salários crescem abaixo da produtividade do trabalho, ou seja, garantir a transferência dos ganhos de produtividade do trabalho para o capital, contribuindo para o aumento da taxa de exploração sobre o trabalho, com vista a garantir sustentação das taxas de lucro.

A consolidação orçamental, transcrita no Pacto de Estabilidade e dos Programas de Estabilidade (PECs), agora sobre a égide do novo Tratado Orçamental, visa também contribuir para a redução dos custos unitários de trabalho, incidindo sobre os trabalhadores do sector público e as consequências que a redução das remunerações e direitos nestes têm sobre os trabalhadores do sector privado, ao mesmo tempo que promove a privatização de bens e serviços públicos.

A desregulamentação do mercado de trabalho e a liberalização dos mercados de bens e serviços, transcrita na agenda patronal denominada Estratégia de Lisboa, hoje Estratégia 2020, com vista a promover a moderação salarial, a precarização dos vínculos contratuais, o aumento do horário e ritmo de trabalho e a facilitação e redução dos custos do despedimento, ao mesmo tempo em que se aumenta a concorrência, com vista ao aproveitamento de mercados existentes e pondo em concorrência as forças de trabalho ao nível europeu e internacional, se tivermos também em conta a liberalização do comércio promovida ao nível da OMC e a proliferação de acordos comerciais bilaterais entre zonas de integração regional.

O papel do Euro

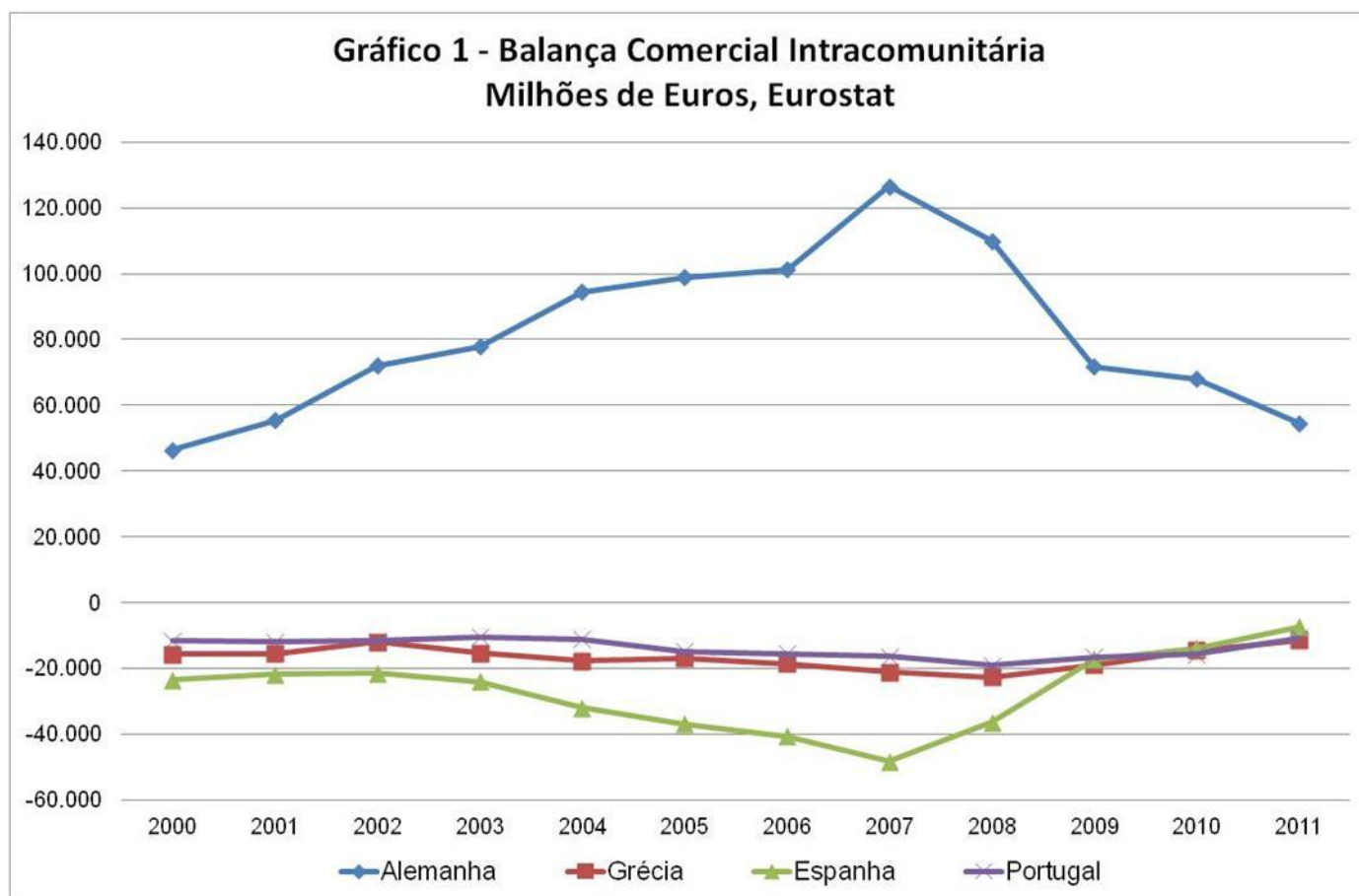
Neste contexto da resposta, toma particular destaque o Euro e a União Económica e Monetária, instrumento de classe ao serviço do grande capital multinacional que opera no mercado interno europeu. Não só por via da redução dos custos de internalização e internacionalização do capital que promove, com o contributo directo da liberalização de capitais, mas também pela pressão que exerce no sentido da redução dos custos unitários de trabalho, uma vez que existindo uma política monetária única e constrangimentos sobre o uso da política orçamental e fiscal, as únicas variáveis que subsistem de ajustamento face a choques económicos, nomeadamente de natureza assimétrica, assim como a desequilíbrios macroeconómicos, com reflexo na balança de pagamentos, são os salários e o emprego, ou melhor dizendo, a desvalorização dos salários e o aumento do desemprego.

O aumento do desemprego é a arma estratégica por excelência do capital – o exército de reserva, para «disciplinar» o trabalho e «moderar» o crescimento dos salários.

Também é verdade que as promessas feitas a 2 de Maio de 1998, quando foi aprovada a lista dos 11 países fundadores da Zona Euro, não vieram a concretizar-se. Afirmava-se que o Euro traria taxas de crescimento

económico elevadas, na Estratégia de Lisboa apontava-se mesmo para taxas de crescimento do produto de 3% ao ano, mas na verdade o crescimento médio anual foi apenas de 1%, entre 2001 e 2010. Afirmava-se que o Euro traria um forte crescimento do emprego, contribuindo para a redução dos elevados níveis de desemprego verificados na União Europeia, mas o que se verificou foi um crescimento anémico, em termos médios de 0,6% ao ano, com uma taxa de desemprego média de 8,7% e que, em 2010, voltou novamente aos dois dígitos, ultrapassando os 10%, ou seja, quase 16 milhões de desempregados na Zona Euro.

Por outro lado, os desequilíbrios macroeconómicos agravaram-se, o que pode ser constatado nas disparidades crescentes dos saldos das balanças comerciais entre os países que compõem a Zona Euro, com a existência de países «importadores líquidos» e, por isso devedores, com um nível de dívida crescente, como Portugal e Espanha, e de países «exportadores líquidos» e, por isso credores, como a Alemanha.



Entre 2001 e 2007, antes da crise do *subprime*, o excedente comercial intracomunitário alemão aumentou 172,3%, em efeito contrário o défice comercial intracomunitário de Portugal aumentou 41,7%, o de Espanha 105,9% e do Grécia 34,9% (Gráfico 1). Este foi o ganho do capital alemão com o Euro, uma vantagem competitiva que inverteu a situação do pós-reunificação alemã, competitividade essa assente no congelamento dos salários reais dos trabalhadores alemães na década do pós-euro (2001-2010) e num euro forte, claramente sobrevalorizado, nomeadamente no caso das taxas de equilíbrio cambial euro/dólar em cerca de 40% face às taxas de equilíbrio de países como Portugal, Espanha e Itália, penalizando o crescimento económico, mas em consonância com os interesses do capital alemão.

O que revela também a impossibilidade de aplicação de uma política monetária comum à uma zona integrada de países não homogénea, com fortes disparidades nos níveis de desenvolvimento económico e social e, por isso, mesmo com necessidades de políticas diferenciadas ao nível monetário e cambial, com objectivos diferenciados ao nível das taxas de juros e da inflação, havendo a fixação assim de uma política monetária comum que serve os interesses dos países capitalistas centrais em detrimento dos países da periferia da Zona Euro.

O que evidencia a necessidade dos Estados retomarem nas suas mãos os instrumentos de política económica, monetária, orçamental e cambial para responder aos seus objectivos de desenvolvimento endógeno.

Em termos económicos, todos sabiam à partida que a Zona Euro não era uma Zona Monetária Óptima, nem uma inevitabilidade decorrente de necessidades económicas objectivas, da evolução das forças produtivas.

O Euro não é um instrumento neutro. O Euro foi e é uma decisão política, uma opção do grande capital «europeu», no contexto da integração capitalista no quadro do processo de classe que constitui a União Europeia. Uma decisão que serve também os interesses do capital do alemão e que reforça o aprofundamento federal da integração capitalista europeia. E como veremos não falhou os seus objectivos de classe.

A natureza de classe da União Europeia é hoje cada vez mais evidente. Sendo um processo histórico de resposta do capitalismo europeu às crises cíclicas que atravessa e um elemento da concertação do capital ao nível europeu, estamos perante um instrumento de classe efectivo na ofensiva contra o trabalho, que cria fortes constrangimentos à luta dos trabalhadores e dos povos.

Um instrumento criado e desenvolvido pelo grande capital, seja pelas confederações patronais desde a sua gênese (UNICE, hoje Business Europe), seja pela mesa redonda dos industriais europeus(ERT). Um instrumento, por isso, não reformável.

A integração capitalista europeia tem vindo a acentuar o seu aprofundamento, nomeadamente ao nível da integração política (federalismo), após um alargamento que continua em marcha, como forma de responder a crise que atravessa. Este binómio tem sido aliás uma forma de fazer avançar a integração capitalista europeia.

O aprofundamento da integração em termos económicos contribuí sempre para uma maior integração política, num processo contínuo de aprofundamento vs alargamento da União Europeia, como forma de resolver os bloqueios e as crises do processo de integração e «limar» as contradições em torno do poder e a da repartição de ganhos e perdas.

Apesar da ofensiva de classe em curso, a crise de sobre-acumulação de capital sobre todas as formas e a sobreprodução de amplos segmentos industriais que atinge o sistema capitalista mundial, onde a União Europeia continua a ser um vértice importante da tríade, são evidentes as dificuldades do sistema em restaurar as condições de rentabilidade e retomar o processo de valorização do capital. Ao mesmo tempo que o imperialismo alemão e as necessidades de injeção adicional de capital no sistema financeiro reforçam

os instrumentos de apropriação e centralização do valor produzido pelo trabalho, sobretudo nos denominados países sul, onde se enquadra Portugal, a Grécia e, também, a Irlanda sobre a égide de programas de ajustamento impostos pela(s) Troika(s) e a Espanha e a Itália (já para não referir a França) que para lá caminham.

Mas também é certo que todos os países que compõem a União Europeia estão de uma forma ou outra com programas de «austeridade», por via dos programas de estabilidade/convergência no âmbito do Pacto de Estabilidade e dos programas nacionais de reforma, no âmbito da Estratégia de Lisboa/2020, ou seja, uma austeridade perene em prol da exploração do trabalho.

Mecanismos de ingerência política, económica e social, que põem em causa a soberania e a independência nacionais, limitando de forma efectiva e não democrática alternativas endógenas de desenvolvimento económico e social, com a cumplicidade de governos nacionais das alas liberais, conservadoras e social-democratas, com vista à expropriação dos trabalhadores e de recursos nacionais. Ao mesmo tempo que deixam um lastro de destruição, com a recessão económica e o aumento brutal do desemprego, garantem o crescimento da exploração e dos lucros e sua transferência para um número cada vez mais restrito de «mãos».

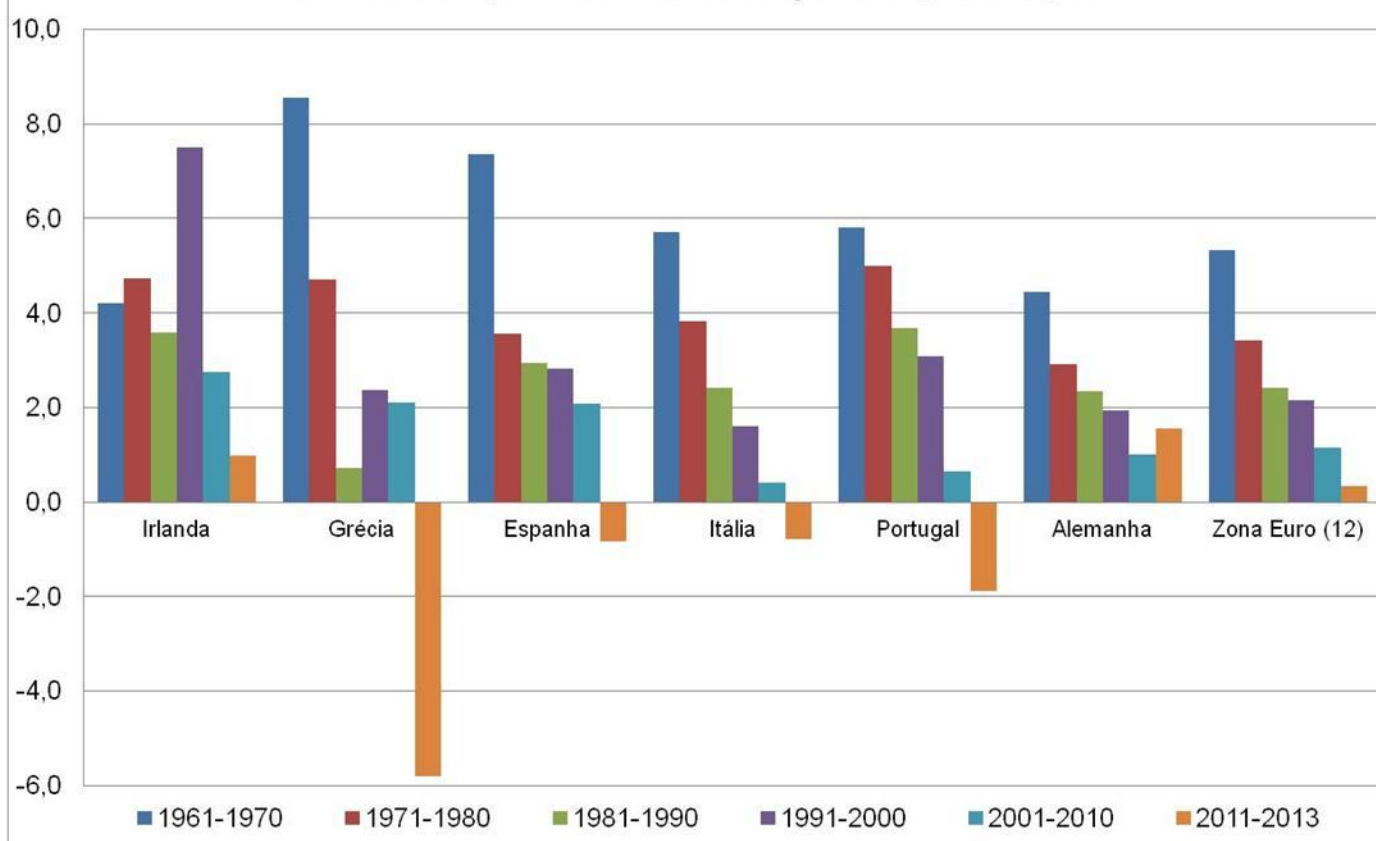
O resultado da «austeridade»

As recentes previsões económicas de outono da Comissão Europeia evidenciam isso mesmo. A Zona Euro (a 12) sai de uma recessão estimada em 2012, para um crescimento económico quase nulo (0,1%) em 2013. Aliás, as taxas de crescimento do produto (PIB) tem vindo a desacelerar de década para década, o que evidencia também o abrandamento das taxas de acumulação, estagnando no período de 2011-2013 (Gráfico 2).

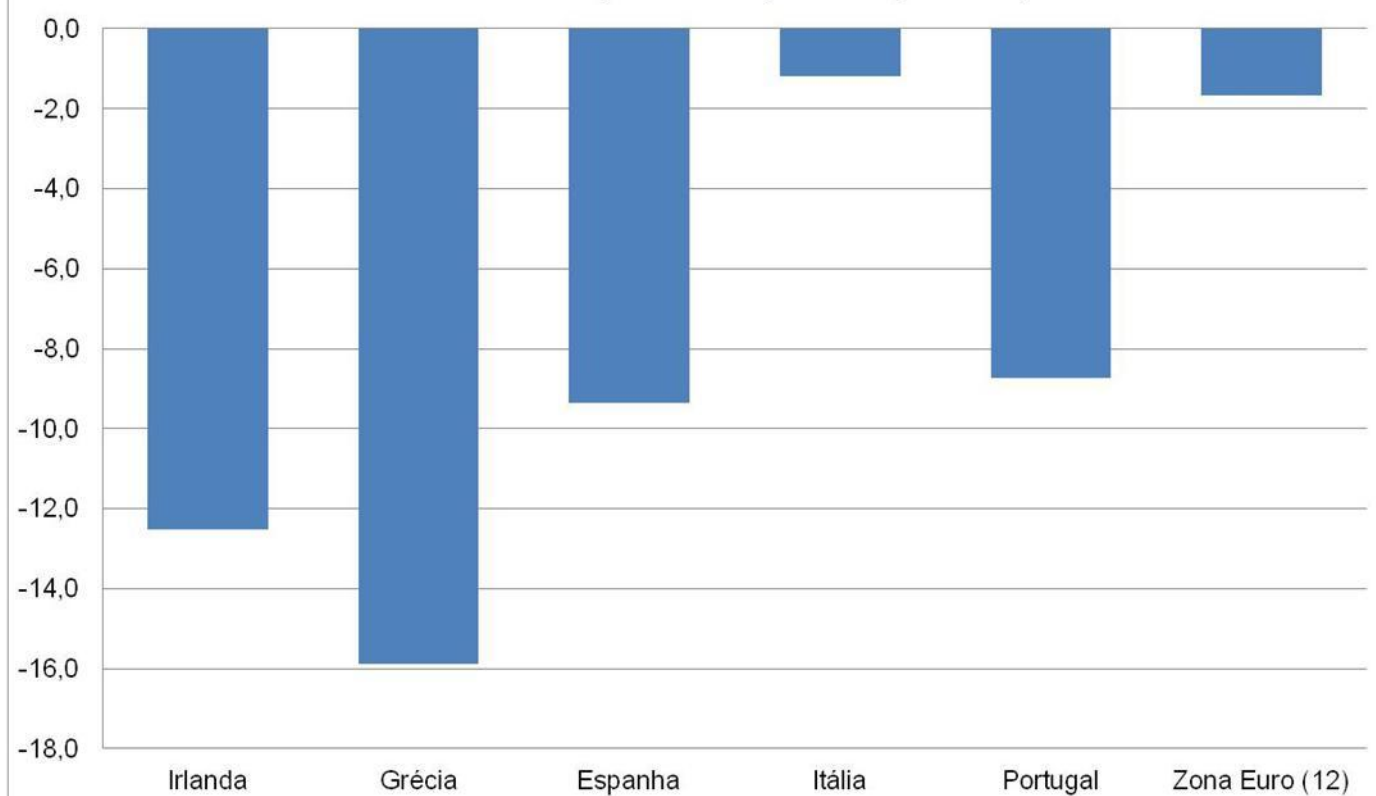
Esta tendência europeia, foi acompanhada de forma mais gravosa pelos já atrás referenciados países do sul, que entram em recessão no período 2011-2013. Entre 2009 e 2013, o produto terá, de acordo com as previsões, uma contracção acumulada de 7,1% em Portugal, 25,4% na Grécia, 3,3% na Irlanda, 6,5% na Espanha, 6,1% na Itália e de 1,3% na Zona Euro (a 12).

É de salientar que o PIB de Portugal, Itália e Grécia recua para níveis similares a 2000 e, no caso de Espanha e da Irlanda, o PIB recua para valores de 2005. Este também é o resultado da «austeridade» e que evidencia que a crise é também uma crise europeia. A própria Alemanha irá crescer apenas 0,8% em 2013.

Gráfico 2 - PIB, média da % de variação anual, AMECO/CE



**Gráfico 3 - Custos Unitários do Trabalho Reais, 2010-2013
valores acumulados, % de variação anual, AMECO/CE**

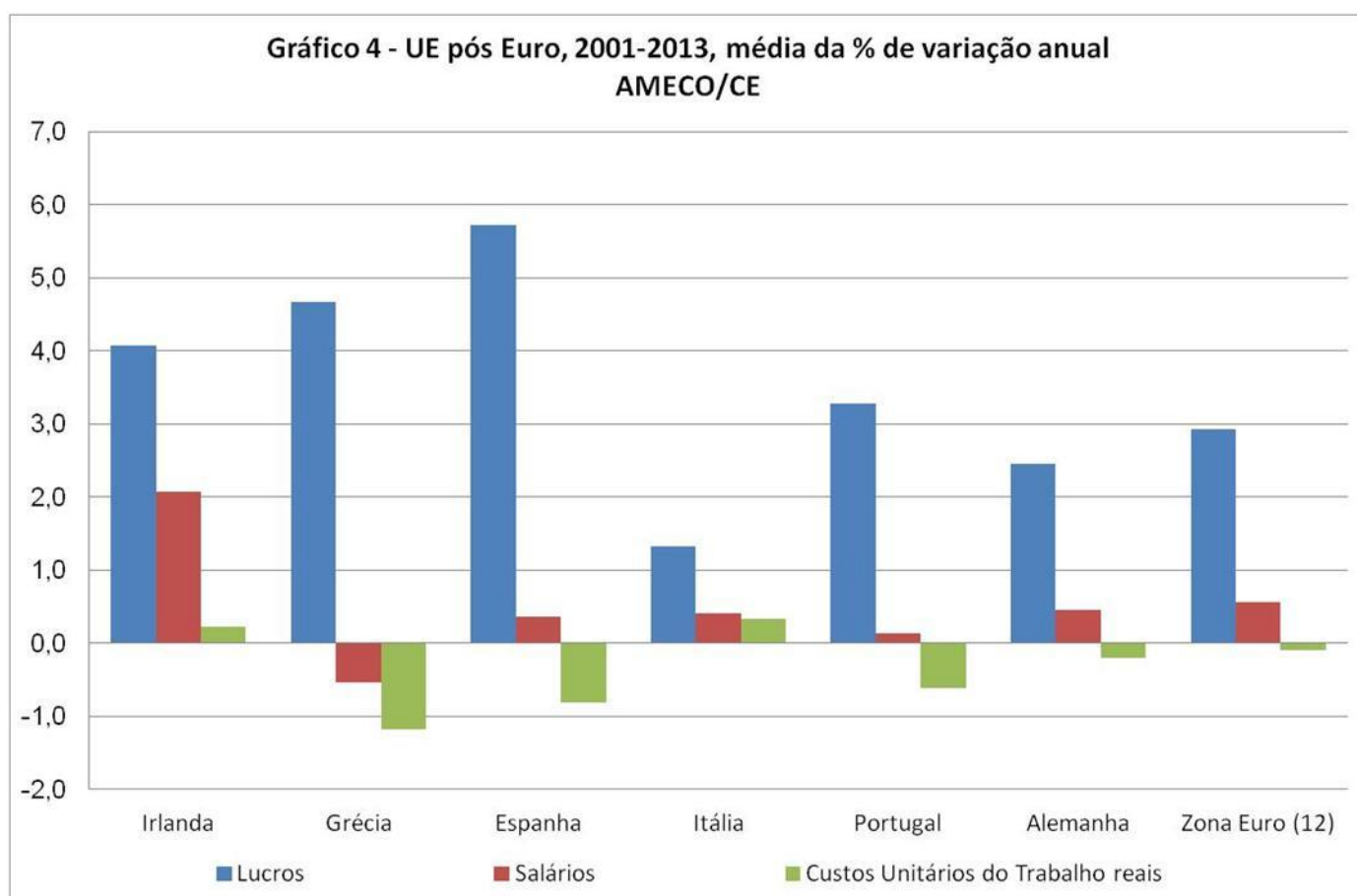


Mas a austeridade resultou também num aumento da exploração do trabalho, com a redução dos custos unitários do trabalho reais a evidenciar a contenção salarial e a transferência dos ganhos de produtividade do trabalho para o capital.

Entre 2010 e 2013, a nível acumulado, os custos unitários de trabalho reais terão uma redução de 8,7% em Portugal, 1,2% na Itália, 9,4% na Espanha, 15,9% na Grécia, 12,5% na Irlanda e 1,7% na Zona Euro (a 12) (Gráfico 3).

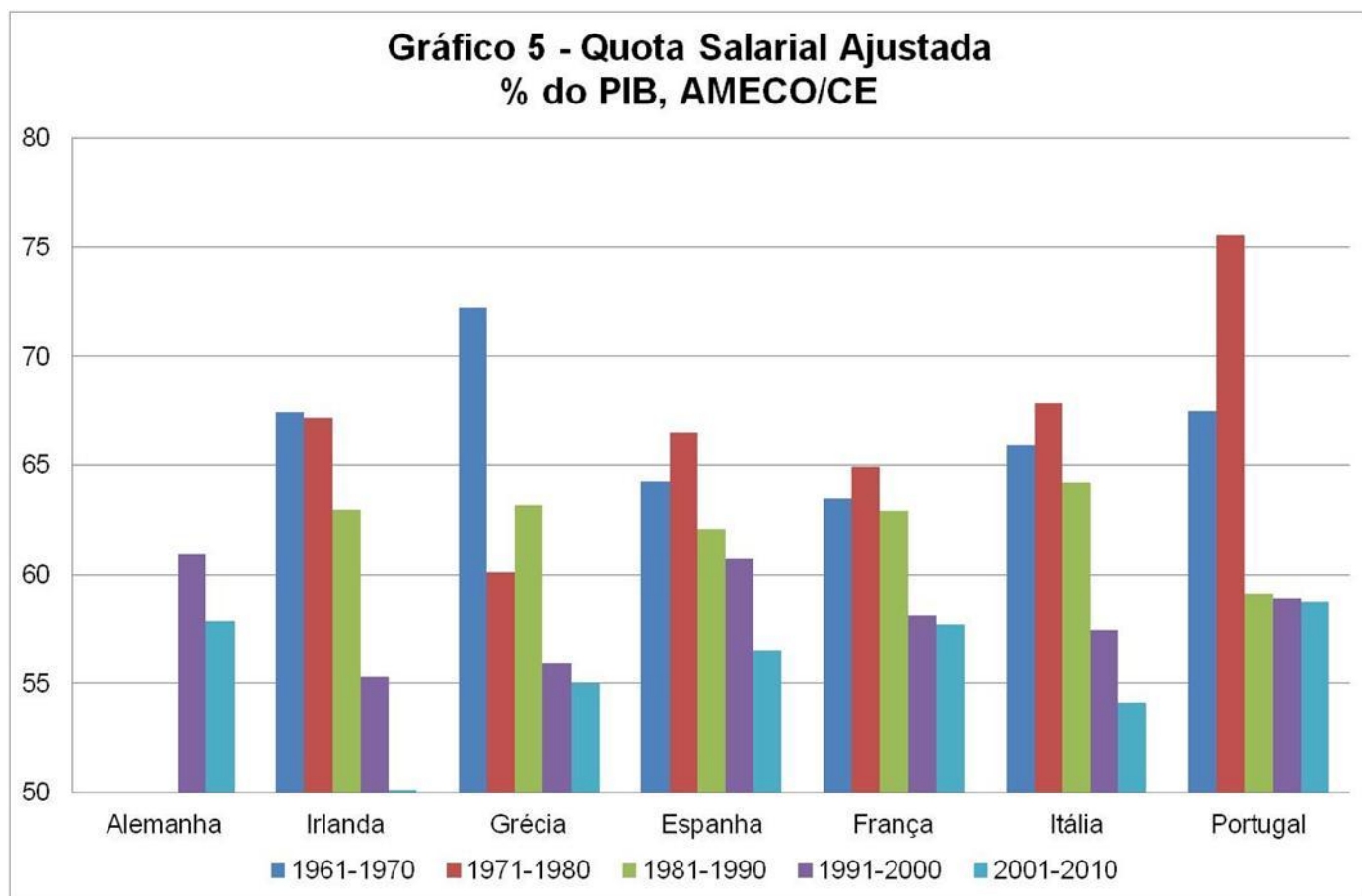
Este é o objectivo da austeridade - restaurar as condições de rentabilidade do capital. No mesmo período, só a título de exemplo, os lucros (descontados do contributo dos trabalhadores por conta própria) aumentarão 13,7% em Portugal, 10,5% na Espanha, 25,8% na Irlanda e 8,6% na Zona Euro (a 12) como um todo.

O Euro foi e é um grande instrumento ao serviço da exploração e neste plano não falhou. A política monetária única serviu para conter salários e garantir que os lucros crescessem a níveis bastante superiores.



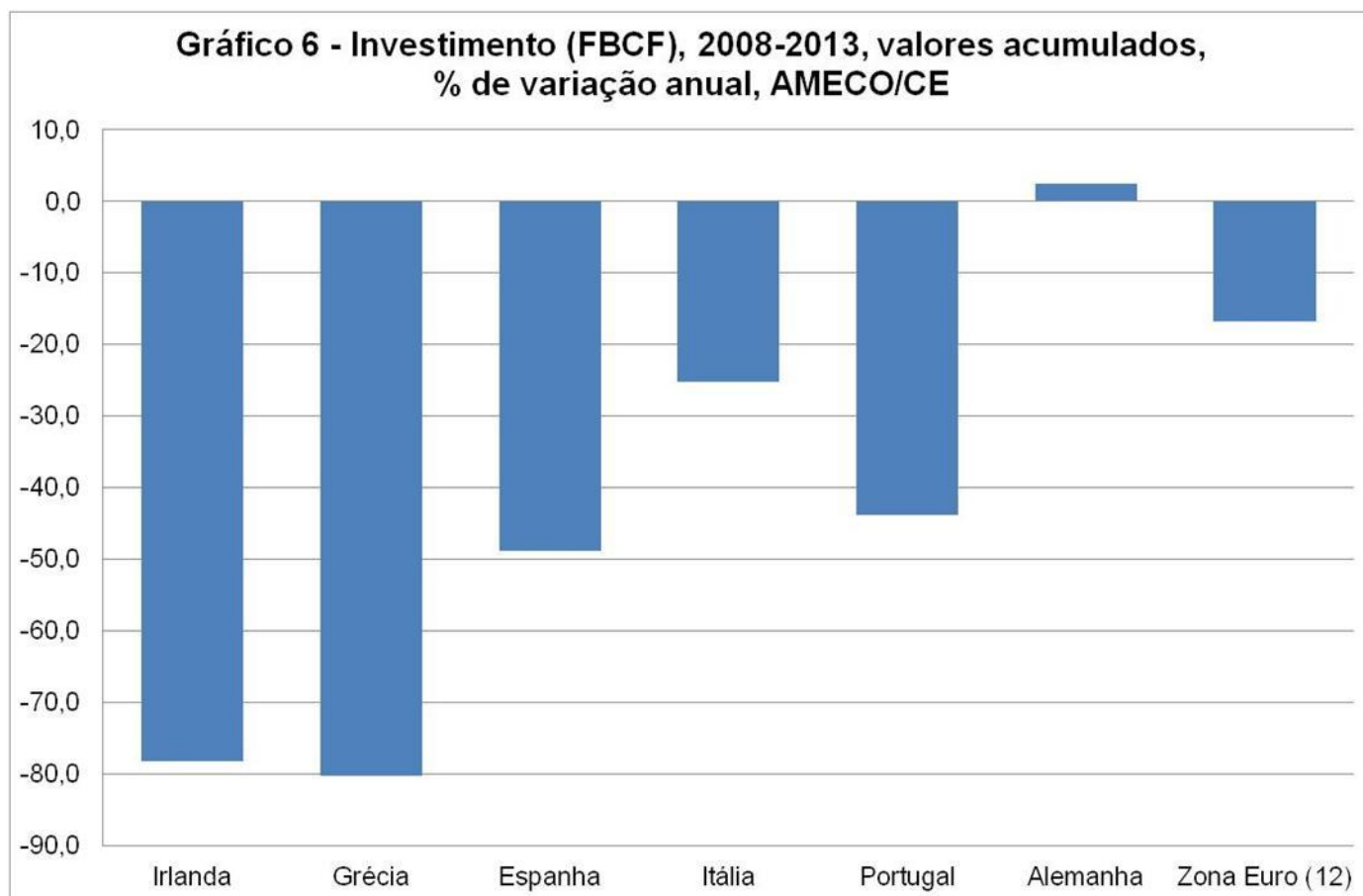
Entre 2001 e 2013, os lucros crescerão quase 26 vezes mais que os salários reais em Portugal, quase 16 vezes mais em Espanha, mais de 5 vezes mais na Alemanha e na Zona Euro, mais de 3 vezes mais na Itália e 2 vezes mais na Irlanda (Gráfico 4). O caso grego é ainda mais penalizador para os trabalhadores, uma vez que para igual período os lucros acumulados crescerão 60,7% e os salários reais terão uma redução acumulada de 7,1%. Este é o resultado do Euro.

Esta situação contribuiu para um dos maiores aumentos da taxa de exploração na Zona Euro, com o peso dos salários do produto a ter uma forte redução, ou seja, com os trabalhadores a ficarem com uma parte cada vez menor da riqueza que produzem.



Em 2013, o peso dos salários no produto em Portugal estará ao nível de 1988 (54,5% do PIB) e a cumprirem-se as previsões para 2014, o peso estará ao mais baixo nível de sempre. O mesmo acontece com a Grécia e Espanha, cujo peso dos salários no produto em 2013 estará ao nível mais baixo de sempre, 47,3% e 52,6% respectivamente. Por outro lado, o peso dos salários no produto tem vindo a descer de década para década, não só na União Europeia, mas também nos restantes países capitalistas da OCDE (Gráfico 5).

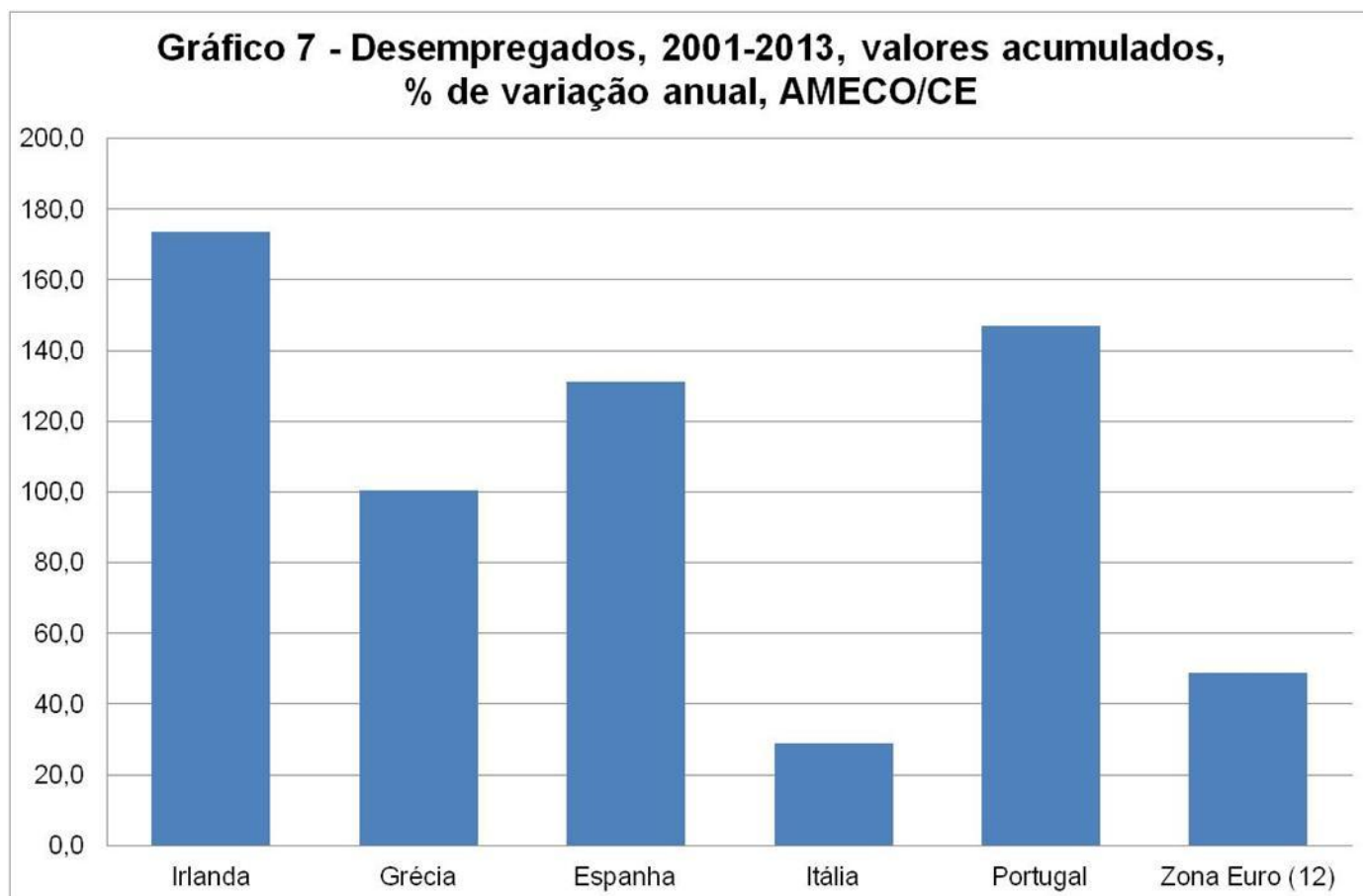
Mas a dimensão da crise europeia, quer ao nível do abrandamento das taxas de acumulação, quer ao nível da sobre-acumulação/sobreprodução, pode também ser evidenciada pelos níveis de investimento e de desemprego.



O investimento global no período de 2008-2013 teve uma forte redução acumulada na Zona Euro (a 12) como um todo, 16,7% (Gráfico 6). Em igual período, Portugal teve uma redução de 43,8%, a Itália 25,3%, a Espanha 48,8%, a Grécia 80,3% e a Irlanda em 78,2%. Estes dados mostram as dificuldades do capital em encontrar investimentos rentáveis para retomarem o processo de valorização do capital.

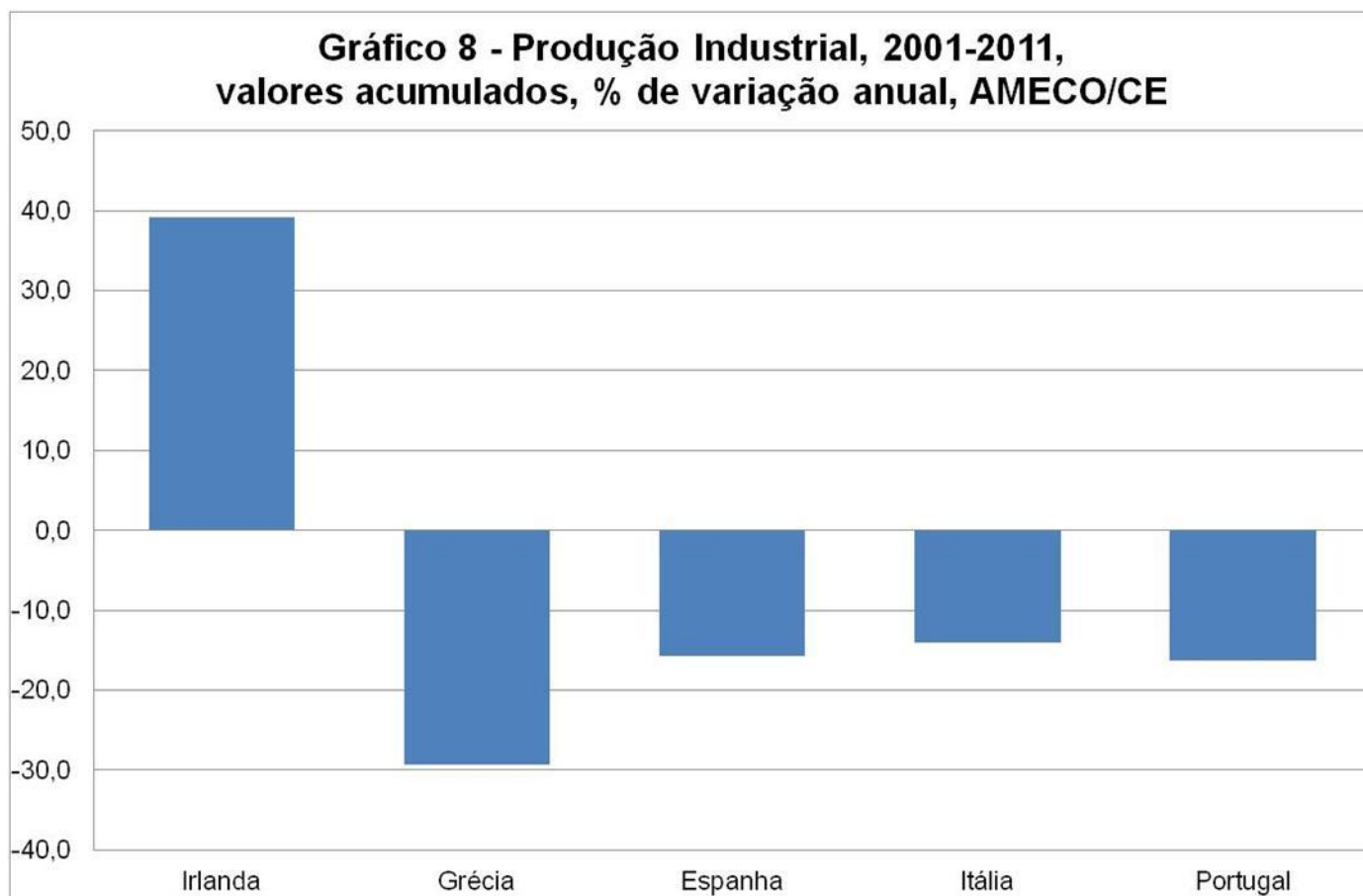
Na outra face da «moeda» encontra-se o desemprego, reflexo também do grau de destruição das forças produtivas na resposta do sistema à crise, nomeadamente na era pós-Euro.

Entre 2001-2013, o número de desempregados crescerá 49% na Zona Euro (a 12), 146,9% em Portugal, 131,0% na Espanha, 100,5% na Grécia, 173,6% na Irlanda e 28,8% na Itália (Gráfico 7).



No caso dos países referenciados, a taxa de desemprego está ao nível mais elevado de sempre, com excepção da Irlanda em que a taxa em 2013 estará ao nível de 1994. Estes números reflectem-se também ao nível da população empregada. A título de exemplo, a população empregada em Portugal em 2013 estará ao nível de 1995 e em Espanha ao nível de 2001. Em 2013 teremos quase 19 milhões de desempregados na Zona Euro e o desemprego estrutural continua a crescer de forma sistemática.

A par com estas duas tendências, a Zona Euro desindustrializa-se, salvo raras excepções, com os países do sul a caírem em teias de dependência, tornando-se «importadores líquidos», com os seus défices comerciais intracomunitários a tornarem-se imagem simétrica dos excedentes comerciais da Alemanha e do seu cluster industrial, em paralelo com o seu progressivo endividamento.

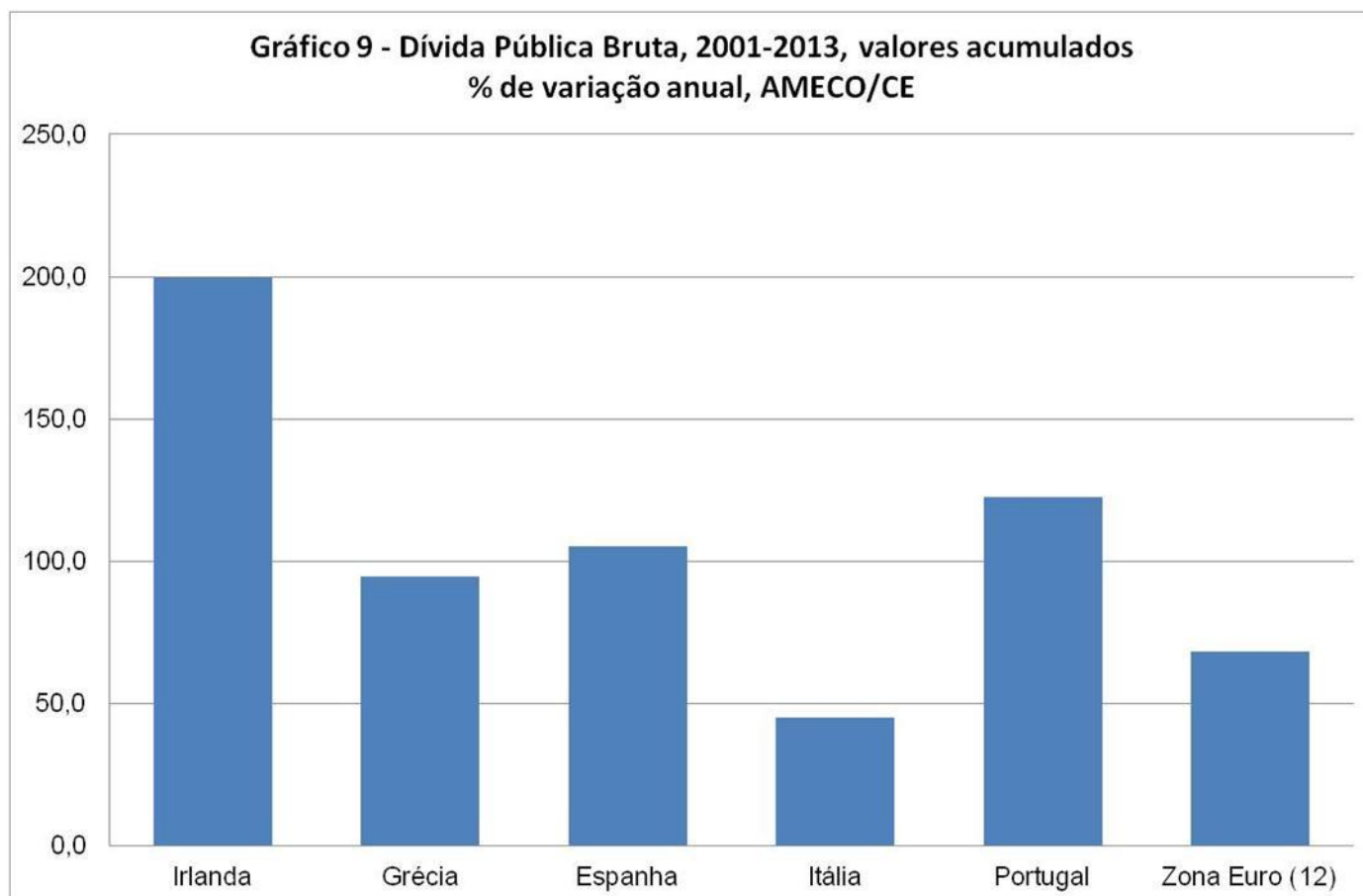


Entre 2001 e 2011, a produção industrial portuguesa teve uma redução acumulada de 16,3%, encontrando-se em 2011 ao nível de 1994 (Gráfico 8). O mesmo verifica-se em relação à Grécia cuja produção industrial se encontra ao nível de 1978, de Espanha que se encontra ao nível de 1996, a Itália ao nível de 1993 e, mesmo países como a França e a Inglaterra padecem da mesma tendência, com a produção industrial em 2011 a encontrar-se ao nível de 1997 e 1992, respectivamente.

Apesar destes resultados, os álibis da «austeridade», o défice público e a dívida pública continuam a não estar controlados, não só nos ditos países do sul, mas também na restante zona euro.

O que comprova que a «austeridade» conduz à recessão e o empobrecimento das camadas trabalhadoras e não contribui para o equilíbrio das contas públicas, nomeadamente tendo em conta o impacto negativo que tem sobre a receita fiscal.

Mas serve o propósito de expropriação do trabalho (nomeadamente com o desmantelamento de serviços públicos e da segurança social), de garantir mercados e o refinanciamento público do capital, sobretudo ao nível do capital financeiro, também por via do nível de juros pagos sobre a dívida pública. Por outro lado, o investimento público e o peso dos salários dos trabalhadores do sector público tem vindo a diminuir nos últimos anos de forma sistemática, em resultado do processo de consolidação orçamental.



O período pós-Euro mostra bem este papel do Estado com o crescimento da dívida pública, muita dela dívida privada. Entre 2001 e 2013, a dívida pública terá crescido, em termos acumulados, 68,2% na Zona Euro (a 12), 199,7% na Irlanda, 94,8% na Grécia, 105,1% na Espanha e 45% na Itália (Gráfico 9). Em Portugal, em igual período, a dívida pública terá crescido 122,5%, prevendo-se que ultrapasse os 206 mil milhões de euros em 2013 e continue a aumentar em 2014. Esta é a espoliação efectuada pelo capital financeiro por via do instrumento da dívida. Este foi o resultado das políticas de «austeridade»

∴

O instrumento de classe União Europeia é cada vez mais uma peça fundamental do capital na ofensiva contra o trabalho. Como seu principal instrumento, o Euro foi e é uma «declaração de guerra» aos trabalhadores dos países da Zona Euro e de toda a União Europeia. Uma década de desvalorização social e de desemprego crescente assim o demonstra.

À medida que a crise se acentua, o instrumento tenta aprofundar-se, com as contradições inerentes ao próprio capital, com vista a garantir as condições de intensificação de exploração do trabalho e de rentabilidade perdidas, sempre ao serviço dos interesses do grande capital das potências imperialistas centrais, como a Alemanha.

A emancipação dos trabalhadores portugueses e dos outros trabalhadores dos países que constituem a União Europeia, passa pela tomada de consciência que não existem saídas no actual quadro que não

passem por uma ruptura com o processo de integração capitalista europeia, com as políticas vigentes, pela necessidade de derrotar o instrumento de classe que é a União Europeia, de fazer retornar aos Estados os instrumentos de política económica, monetária, orçamental e cambial, assim como pôr no domínio público os sectores estratégicos que permitam alavancarem o desenvolvimento económico dos países, ao serviço dos trabalhadores e dos povos, criando as condições de transformação da sociedade, que ponham fim à relação de exploração central ao modo de produção capitalista.

Ter consciência que só a luta de massas e a elevação do grau de organização da luta poderão derrotar a ofensiva em curso. O combate ao Euro, às orientações que lhe dão suporte e às políticas que viabiliza, é parte indissociável desta luta mais geral por uma Europa de paz, progresso e cooperação. Uma Europa liberta da exploração. Temos que derrotar a União Europeia para construir o futuro.

***economista**